

**AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR PREFEITO, ILUSTRÍSSIMO (A) SENHOR (A)  
PREGOEIRO (A) E EQUIPE DE APOIO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES/PR**

**PREGÃO ELETRÔNICO n. 073/2025**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 184/2025**

**OBJETO: Motoniveladora (Item 1).**

**MACROMAQ EQUIPAMENTOS LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o número 83.675.413/0001-01, com sede à BR-101, KM 210, Bairro Picadas do Sul, São José/SC, CEP 88.106-100, neste ato legalmente representada na forma de seu contrato social, como interessada no procedimento licitatório em epígrafe, amparada no disposto no art. 164 da Lei Federal n. 14.133/2021 e no item 5.1 do edital, oferecer

### **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**

contra patente nulidade do instrumento convocatório por restringir de forma ilegal a participação dos interessados, porquanto consagra condições discriminatórias fundada em critérios não pertinentes e/ou relevantes para o objeto da contratação.

**I – DAS CONDIÇÕES DISCRIMINATÓRIAS FUNDADA EM CRITÉRIO NÃO PERTINENTE E/OU NÃO RELEVANTES PARA O OBJETO DA CONTRATAÇÃO:**

O Município de Bandeirantes, no Estado do Paraná (“IMPUGNADA”), deflagrou procedimento licitatório na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, do tipo menor preço por item, registrado sob o número 073/2025, tendo por objeto ***“a AQUISIÇÃO DE 01 (UMA) MOTONIVELADORA NOVA, ZERO HORA, COM RECURSOS ORIUNDOS DO CONVÊNIO Nº 160/2025 - POR MEIO DO PROGRAMA ESTRADAS DA INTEGRAÇÃO (...)”***.

Ocorre, contudo, que as especificações técnicas dos produtos, especialmente em relação ao item 01 limitam a participação de licitantes, que não está acompanhada da devida justificativa e que pode (deve!) ser revista.

Importa consignar, conforme pode se perceber do catálogo anexo, que a Impugnante tem em sua gama de produtos bem que muito se assemelham às características daquele licitado, qual seja: Item 01 - Motoniveladora da marca XCMG, modelo GR1905BR, que difere do objeto licitado em apenas **UMA** exigência (Raio de Giro de no máximo 7.200 mm).

**Antes de adentrar no descritivo técnico da insurgência do edital, muito importante registrar que o conjunto de características que constam no edital faz com que o certame seja restritivo. Isto porque, da forma como está a descrição técnica do objeto do equipamento, poderá restar configurada possível restrição excessiva do certame.**

Assim sendo, Ilustre Pregoeiro, conforme se observa das especificações que serão abaixo citadas, as quais, revelam-se desnecessárias e/ou excessivas a efetivar a finalidade dos bens, em detrimento do caráter competitivo, isto porque, a todo sentir, instrui-se a não selecionar proposta mais vantajosa, mas a beneficiar alguns particulares.

**É notório que os equipamentos convencionais existentes no mercado brasileiro, embora não atendam exatamente todas as especificações constante no edital, porém, desempenham exatamente as mesmas funções, configurando-se adequado a satisfação do interesse coletivo por via da execução do contrato.**

É certo que a Lei nº 14.133/21 permite a indicação de algumas

características como padrão de referência, a ser listado tão-somente como mero referencial para os licitantes. No caso em tela, porém, não é isso que se verifica.

Ocorre que, a especificação técnica contida no edital, relacionada ao **item 01**, restringe o universo de possíveis competidores, seja pela exigência de características específicas do edital, não obstante haja no mercado **diversos bens e marcas** com reconhecida qualidade, especificações similares ou quase idênticas, que atendem na íntegra a satisfação do objeto perquirido.

Em outras palavras, em virtude do descritivo do objeto escolhido por este Ente Público, para cada um dos itens citados, a empresa Impugnante estará excluída de apresentar proposta ou esta poderá ser desclassificada, o que, em nosso sentir, mácula o presente procedimento de aquisição, porquanto, restringe de forma indevida o universo de fornecedores e, por consequência, deixa de privilegiar à competitividade e o menor preço por item, objetivo maior do Pregão.

Com efeito, o exame do edital revela situação que merece urgente reparo pela autoridade administrativa, pois cria óbice a própria realização da disputa, limitando o leque da licitação.

Dando efetividade ao princípio da legalidade (cf. art. 37, caput, da CR/88), o artigo 5º da Lei n. 14.133/21 garante a todos quantos participem de licitações públicas o direito público subjetivo à fiel observância do pertinente procedimento estabelecido na Lei, especialmente quanto à promoção da máxima competitividade factível entre os interessados, na busca pela proposta mais vantajosa.

Ademais, excessiva e desproporcional é a especificação técnica alusiva à mencionada exigência, porquanto assegura discriminação desproporcional a obtenção da contratação mais vantajosa, pois furta o caráter competitivo do certame.

À vista do exposto, o ato convocatório em debate necessita de reforma neste quesito, eis que contempla **equipamentos** com especificação desnecessária para assegurar a boa execução do futuro contrato, e, via de consequência, tem o condão de impossibilitar a participação de interessados ou gerar efeitos aptos a acarretar a derrota de um licitante.

Ora, em que pese o objeto licitado exigir a adoção de tratamento discriminatório, isso não implica em autonomia a este ínclito órgão público para consagrar restrição excessiva, vez que esta deve atentar-se as especificações mínimas necessárias a fim de assegurar a obtenção da contratação mais vantajosa.

Para tanto, imprescindível é a compatibilidade entre a restrição do objeto com o fim a qual ele se destina, e, portanto, deve o órgão licitante justificar, de modo fundamentado, através de elementos/laudo técnico hábil a comprovar a manutenção das exigências questionadas, não apenas a necessidade de discriminar, mas também o limite mínimo da discriminação. O que, data máxima vênha, não foram observados no presente certame.

Importante mencionar o entendimento adotado pelo Tribunal de Contas da União, quando da prolação do Acórdão 2.383/2014-TCU-Plenário, da relatoria do Eminentíssimo Ministro Aroldo Cedraz, no sentido de que ***“a Administração, por ocasião do planejamento de suas aquisições de equipamentos, deve identificar, previamente à elaboração das especificações técnicas e à cotação de preços, um conjunto representativo dos diversos modelos existentes no mercado que possam atender completamente às suas necessidades, de modo a caracterizar a realização de ampla pesquisa de mercado e evitar o direcionamento do certame para modelo específico pela inserção no edital de características atípicas”***.

Nesse sentido, é dever do órgão licitante fundamentar tecnicamente quaisquer exigências de especificações ou condições com potencial de restringir o universo de competidores. No presente caso, todavia, não restaram demonstrados elementos técnicos hábeis a motivar a inserção das exigências técnicas, quando das especificações do objeto.

Veja-se que o Estudo Técnico Preliminar (ETP) e/ou o Termo de Referência silenciam neste ponto sobre o motivo de inserir as exigências técnicas do objeto sem que fosse esclarecido os motivos para tal delimitação tão específica.

Como possível consequência dessa exigência, consoante alertado acima, o certame poderá culminar **com restrição excessiva a participação ou não ter disputa de preço**, resultando em certame sem qualquer desconto em relação ao preço de referência ou mesmo concorrência.

**Destarte, passa-se a rebater tecnicamente cada item e cada exigência impugnada, separados, na ordem.**

#### **I.I – ITEM 1 – MOTONIVELADORA - DA EXIGÊNCIA DE RAIOS DE GIRO MÍNIMO:**

O edital exigiu que a motoniveladora possua **“raio de giro máximo de**

**7.200 mm**". Entretanto, entende a impugnante que a referida exigência é restritiva e pode ser retificada.

A exigência de raio de giro revela-se tecnicamente restritiva e desprovida de fundamentação objetiva quanto à sua influência direta na eficiência operacional ou na capacidade produtiva do equipamento.

A motoniveladora **XCMG GR1905BR**, que possui **raio de giro de 7.400 mm**, apresenta uma diferença ínfima de **apenas 200 mm (2,7%)**, diferença esta absolutamente insignificante sob a ótica da engenharia mecânica aplicada à operação de máquinas rodoviárias.

Do ponto de vista técnico, o **raio de giro** é um parâmetro geométrico que indica o espaço necessário para a máquina realizar uma curva completa. Todavia, tal parâmetro deve sempre ser interpretado em conjunto com outros fatores que determinam a **manobrabilidade efetiva** da motoniveladora, como o **ângulo máximo de articulação dos chassis ( $\pm 20^\circ$ )**, o **ângulo de giro das rodas dianteiras ( $\pm 48^\circ$ )** e o **sistema de direção hidrostático com orbitrol e bomba de vazão variável**, todos presentes no modelo GR1905BR. Estes sistemas compensam amplamente a variação mínima do raio de giro, garantindo plena agilidade e precisão operacional.

É oportuno destacar que, em operações típicas de motoniveladoras — como **abertura e conservação de estradas rurais, conformação de taludes e nivelamento de vias** — a diferença de **20 centímetros** no raio de giro não gera qualquer impacto prático na eficiência do trabalho, tampouco compromete a segurança ou o desempenho da máquina. Pelo contrário, motoniveladoras com dimensões ligeiramente superiores oferecem, muitas vezes, **maior estabilidade lateral e melhor distribuição de peso**, o que resulta em **melhor controle da lâmina e maior qualidade no acabamento final do terreno**.

A adoção de um parâmetro dimensional tão específico, sem a devida justificativa técnica no Estudo Técnico Preliminar ou no Termo de Referência, **afronta os princípios da isonomia, da ampla competitividade e da vantajosidade previstos na Lei Federal nº 14.133/2021**, na medida em que restringe indevidamente a participação de equipamentos de mesma categoria, desempenho e porte, como é o caso da motoniveladora XCMG GR1905BR.

Dessa forma, impõe-se reconhecer que a diferença de **apenas 200 mm** no raio de giro é **estatisticamente e funcionalmente irrelevante**, não sendo justificável sua utilização como critério de exclusão de propostas. O parâmetro

deve ser interpretado como **tolerância dimensional natural entre fabricantes**, de modo a assegurar a **ampla competitividade do certame e a seleção da proposta mais vantajosa à Administração**, conforme preconiza a Lei nº 14.133/2021.

## **II – DOS FUNDAMENTOS DE DIREITO QUE IMPÕEM A PROCEDÊNCIA DA PRESENTE IMPUGNAÇÃO:**

Convém, inicialmente, lembrar que é pressuposto inquestionável do Estado Democrático de Direito é a sua subordinação ao ordenamento jurídico vigente e, como notório, no âmbito da Administração Pública, tal pressuposto se traduz na observância dos seguintes princípios (sem grifo):

**Art. 37. A Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (...).**

No âmbito específico das licitações e contratos administrativos, a Lei n. 14.133/21 consagrou expressamente em seu artigo 5º os seguintes princípios (sem grifo):

**Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).**

Do exposto acima, depreende-se que a atividade administrativa deve ser

exercida em absoluta conformidade com a lei e com os princípios inerentes. Das premissas licitatórias extrai-se a seguinte fórmula, que deve sempre ser almejada pela Administração Pública: **busca da proposta mais vantajosa para a Administração por meio de procedimento formal em que fiquem asseguradas a isonomia e a competitividade.**

Portanto, a licitação é um procedimento informado, também, e principalmente, pela ideia de competição. Esse é o norte da atividade administrativa licitatória, que deve sempre estimular o incremento da disputa. Assim, se ao administrador socorrerem duas condutas, deverá sempre optar por aquela que **favoreça a ampliação do universo de competidores**, sob pena de ferir o interesse público, os princípios supramencionados e a legislação.

Com a presente IMPUGNAÇÃO AO EDITAL demonstrar-se-á que as condições do instrumento convocatório estão limitando a competitividade, reduzindo drasticamente a possibilidade de obter a melhor proposta, haja vista redução injustificada do universo de competidores.

As exigências explicitadas não são apenas ilegais, mas, também, desnecessárias e restritivas à competição, o que é rechaçado pela jurisprudência:

“As regras do edital de licitação devem ser interpretadas de modo que, sem causar qualquer prejuízo à administração e aos interessados no certame, possibilitem a **participação do maior número possível de concorrentes a fim de que seja possibilitado se encontrar entre as propostas a mais vantajosa.**” (Grifo nosso)<sup>1</sup>.

**Portanto, as exigências previstas na fase de habilitação não podem ser tais a ponto de impedir a participação daqueles que teoricamente estariam aptos a fornecer o Equipamento, a pretexto de assegurar uma prestação vantajosa, adotando exigência técnica, SEM QUALQUER FUNDAMENTO TÉCNICO que o justifique.**

Para tanto, por se destinar o certame à aquisição de equipamentos pesados com a finalidade precípua de atender as necessidades deste ínclito Órgão, desnecessária é a exigência de **“raio de giro máximo de 7.200 mm”**.

Não bastasse, excessiva e desproporcional a especificação técnica

---

<sup>1</sup> STJ, Mandado de Segurança n.. 5.606/DF, STJ, Rel. Min. José Delgado, DJ 10.08.98.

alusiva as exigências adrede, porquanto asseguram discriminação desproporcional a obtenção da contratação mais vantajosa, pois furtam o caráter competitivo do certame.

A legislação é expressa ao proibir as exigências discriminatórias em tela, pois inexistente fundamento de fato ou de direito para tanto. Ao contrário, consoante devidamente exposto, há farta justificativa para que o edital seja revisto.

Ademais, em que pese o objeto licitado exigir a adoção de tratamento discriminatório, isso não implica em autonomia à Administração para consagrar restrição excessiva, vez que esta deve se atentar as especificações mínimas necessárias a fim de assegurar a obtenção da contratação mais vantajosa.

Para tanto, imprescindível é a compatibilidade entre a restrição de cada item do objeto com o fim a qual ele se destina, e, portanto, deve a Administração justificar, de modo fundamentado, não apenas a necessidade de discriminar, mas também o limite mínimo da discriminação. **O que, frisa-se, não foi observado no presente certame, pois ausente qualquer justificativa, conforme já argumentado acima.**

Este é um ponto importante: as exigências quanto à especificação técnica devem ser obrigatoriamente motivadas e divulgadas. Na fase interna do certame, os dados requeridos, quanto à especificação técnica do objeto licitado, devem estar devidamente motivados.

Quanto à divulgação desses motivos, cabe mencionar específica orientação do TCU, segundo o qual, certas exigências quanto à capacidade técnica são ilegais, reiterando seu entendimento no sentido de que se consigne:

No respectivo processo, expressa e publicamente, os motivos dessa exigência, e demonstre tecnicamente que os parâmetros fixados são suficientes e pertinentes ao objeto licitado, assegurando-se de que a exigência não implique restrição ao caráter competitivo do certame.<sup>2</sup>

Assim, considerando-se que a Constituição Federal, bem como a Lei n. 14.133/2021 autorizam apenas as exigências mínimas necessárias à satisfatória execução do objeto licitado, **com base nos fatos e fundamentos acima expostos, o descritivo técnico do Item 1 merece ser revisto pela IMPUGNADA, pois está**

---

<sup>2</sup> TCU, TC 007.358/02, Acórdão 32/03.



**restringindo de maneira indevida e sem justificativa técnica adequada o certame, compromete o caráter competitivo do certame.**

### **III – DOS PEDIDOS**

ANTE O EXPOSTO, requer a IMPUGNANTE em relação ao Edital do Pregão Eletrônico n. 073/2025, do Município de Bandeirantes/PR:

a) Que seja recebida e processada a presente impugnação, porquanto tempestiva e adequada, nos termos da legislação de regência;

b) Que a resposta referente a presente impugnação seja enviada aos e-mails [comercial@macromaq.com.br](mailto:comercial@macromaq.com.br), [atendimento@macromaq.com.br](mailto:atendimento@macromaq.com.br), [atendimento02@macromaq.com.br](mailto:atendimento02@macromaq.com.br) e [juridico@macromaq.com.br](mailto:juridico@macromaq.com.br), bem como toda e qualquer intimação a ser feita à IMPUGNANTE, sob pena de nulidade;

c) Requer a Impugnante que este órgão promotor da licitação **revise e adeque o requisito de “Raio de giro máximo de 7.200 mm” no Item 01, adotando tolerância técnica de até 3%, reconhecendo que variações marginais não influem na manobrabilidade ou estabilidade. O raio de 7.400 mm do modelo XCMG representa diferença de apenas 200 mm, sem qualquer impacto operacional, devendo, portanto, ser aceito como tecnicamente equivalente;**

d) Que seja acatada a presente impugnação, julgando procedentes todos os seus pedidos, sob pena de caracterizar direcionamento do certame.

e) Caso acolhida a impugnação, requer-se **a republicação do edital com reabertura do prazo para envio de propostas**, conforme prevê a legislação vigente.

Termos em que

Pede Deferimento.

São José/SC, 12 de novembro de 2025.

**MACROMAQ EQUIPAMENTOS LTDA**  
CNPJ/MF: 83.675.413/0001-01